



Paisagens & Geografias

ISSN: 2525-5242

REVISTA PAISAGENS & GEOGRAFIAS

Landscapes & Geographies Journal

O PARQUE DO POVO COMO ESPAÇO DE DISPUTAS DE PODER E MANIPULAÇÃO DO GRUPO POLÍTICO-FAMILIAR CUNHA LIMA EM CAMPINA GRANDE - PB

PEOPLE'S PARK AS A SPACE FOR POWER DISPUTES AND MANIPULATION OF THE FAMILY CUNHA LIMA POLITICAL GROUP IN CAMPINA GRANDE – PB

*John da Silva Evaristo¹
Thiago Romeu de Souza²*

¹ Graduado em Geografia - Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande. Email: john.silva.evaristo@gmail.com

² Professor Adjunto, Unidade Acadêmica de Geografia, Universidade Federal de Campina Grande. Email: thiago_romeu2000@yahoo.com.br

RESUMO

Esta pesquisa tem por objetivo analisar o Parque do Povo como espaço simbólico de disputas de poder e manipulação territorial do grupo político-familiar Cunha Lima, interferindo estrategicamente no imaginário da população de Campina Grande-PB para se manter no poder. Por meio de uma pesquisa bibliográfica acerca do conceito de território; poder simbólico e estruturas de poder político-familiar, foi possível considerar que o grupo político-familiar Cunha Lima criou o Parque do Povo, enquanto espaço simbólico, para ascensão e manutenção de seu poder político, mantendo o nome da família por várias gerações se baseando na estratégia da cultura como um espetáculo, advindo de eventos como: O Maior São João do Mundo; A Micarande e o Encontro para Consciência Cristã. Contudo, a análise apresentada proporciona reflexões sobre o Parque do Povo enquanto forma simbólica espacial, na qual o grupo político-familiar Cunha Lima se perpetua no poder na cidade durante gerações e em vários cargos do sistema federativo brasileiro.

Palavras-chave: Poder simbólico; Territorialidade; Geossímbolo; Poder político; Formas simbólicas espaciais..

ABSTRACT

This research aims to analyze the Parque do Povo as a symbolic space of power disputes and territorial manipulation of the political-family group Cunha Lima, strategically interfering in the imagination of the population of Campina Grande-PB to stay in power. Through a bibliographic research about the concept of territory; symbolic power and political-family power structures, it was possible to consider that the political-family group Cunha Lima created the Parque do Povo, as a symbolic space, for the rise and maintenance of its political power, maintaining the family name for several generations based on in the strategy of culture as a spectacle, arising from events such as: O Maior São João do Mundo; Micarande and the Encounter for Christian Conscience. However, the analysis presented provides reflections on the Parque do Povo as a symbolic spatial form, in which the political-family group Cunha Lima perpetuates itself in power in the city for generations and in various positions in the Brazilian federative system.

Keywords: Symbolic power; Territoriality; Geosymbol; Political power; Symbolic Spatial Forms.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como intuito entender como o grupo político-familiar Cunha Lima mantém sua posição hegemônica no cenário político de Campina Grande, utilizando de maneira expressiva as formas simbólicas espaciais, em especial o Parque do Povo. Desde a inauguração, ainda nos anos 1980, até os dias atuais, o grupo mantém sua hegemonia materializada também numa territorialidade que reforça o poder simbólico destes agentes políticos, utilizando-o estrategicamente para sua ascensão e/ou manutenção do seu poder nas diversas esferas governamentais.

A problemática dessa pesquisa surgiu a partir de uma inquietação do primeiro autor desde de sua participação ativa como trabalhador nos eventos da Micarande e do Maior São João do Mundo, além da percepção acerca da permanente influência que o grupo político-familiar Cunha Lima tem na cidade.

METODOLOGIA

Os materiais fundamentais que conduziram a pesquisa foram de cunho documental, os quais se basearam em artigos científicos, dissertações, monografias, reportagens de veículos de imprensa da época e fotografias retiradas da internet. Também foram realizados registros fotográficos do local analisado, produção de mapas através do software *qgis.3.16*, buscando mostrar ao leitor a noção espacial do Parque do Povo enquanto recorte geográfico desta pesquisa.

Este trabalho levou em consideração o modo como o referido grupo político-familiar utiliza-se do poder, seja ele institucionalizado ou simbólico para manipulação territorial e do imaginário da população, com vistas a manter e/ou ampliar o poder construído por gerações, utilizando-se de estratégias várias, porém, tendo no Parque do Povo a forma espacial principal e, ao mesmo tempo, um território simbólico de reprodução e produção discursiva em prol do grupo político.

SOBRE O TERRITÓRIO E A TERRITORIALIDADE

O território tornou-se uma instância social necessária na produção da materialidade no espaço e, por sua vez, é muito mais que o instrumento de domínio político, é um conjunto de relações sociais, dentro de uma determinada escala temporal, em que se atribui a reconstrução e reapropriação do espaço, refazendo os indivíduos, suas classes e seus grupos (HAESBAERT, 2013, p.71).

Haesbaert afirma que o território só existe quando há relações de poder projetadas no espaço, não se tratando apenas do poder sob seus efeitos mais concretos, político-econômicos “[...] como também em seu sentido mais simbólico, pois nos "empoderarmos" pelo acionar de identidades, inclusive territoriais”. Nesse sentido, a análise territorial compõe uma dupla face, tanto na questão funcional, como na face expressiva dentro da representatividade dos sujeitos que o produz (HAESBAERT, 2013, p.71).

No entanto, para expressar essa representatividade dos sujeitos, a relação território e Estado é de extrema importância no que diz respeito à questão político-social, visto que, o Estado opta por conhecer seu território e seus efeitos culturais, para melhor administrá-lo e delimitá-lo, tratando-se de um poder posicionado, definindo fronteiras ou limites, em várias escalas, que se conectam em redes de influência de forma múltipla. Neste

sentido, é um espaço trabalhado, formado por pontos, superfícies e linhas, possuindo uma função ideológica. Dessa forma, Estado, território e nação constituem um todo inseparável (RAFFESTIN, 1993; CASTRO, 1997; COSTA, 2008; HAESBAERT, 2013).

Em vista disso, é notório considerar também a territorialidade como a base para entender os elementos de apropriação do território, pois a ação social definida por processos de identidade simbólica, traduz ao pertencimento e/ou existência do território, na qual a territorialidade seria, portanto, a maneira como essa ação pode ser influenciada, criando vínculos de identidade cultural com esse meio.

Assim, a territorialidade encontra-se em todas as instâncias sociais, como afirma Sack (2013, p.63), principalmente na política, tornando-se ainda mais evidente quando este termo é instrumentalizado por aqueles que dominam o poder. Com isso, é necessário que esses grupos políticos consigam levar em conta também, os mecanismos estratégicos de influência e dominação do controle simbólico para se manterem nesse meio.

Desse modo, entender a significância da territorialidade como instrumento de estratégia através de um poder simbólico, para assim, manter o domínio sobre o território. Cabe destacar também, a ação entre o processo de domínio e/ou influência dos agentes interventores (grupos políticos) sobre os seus subordinados (o povo). Segundo a abordagem de Sack (2013), a territorialidade é “[...] a tentativa, por indivíduo ou grupo, de afetar, influenciar, ou controlar pessoas, fenômenos e relações, ao delimitar e assegurar em seu controle sobre uma certa área geográfica” (SACK, 2013, p.78), área esta aqui compreendida como território. No caso em estudo aqui, delimitado por mecanismos de poder estruturados pelo Estado e pelo poder simbólico adquirido pelo grupo familiar com vistas a geração de coesão social, dando mais que legalidade ao território hegemônico, legitimando-o por conta da aparente apropriação espacial que os sujeitos subordinados a este poder imaginam que passaram a ter em função dos benefícios que o grupo familiar hegemônico lhes proporcionou.

SOBRE O PODER SIMBÓLICO

É necessário levar em conta que para intervir em um território através da territorialidade, grupos políticos utilizam o poder simbólico para tornar o controle discreto utilizando sistemas simbólicos estruturados por uma lógica de representatividade do poder estatal, como nos mostrou Bourdieu (1989):

Os sistemas simbólicos, como instrumentos de conhecimento e de comunicação, só podem exercer um poder estruturante porque são estruturados. O poder simbólico é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem gnoseológica. [...]. Os símbolos são os instrumentos de conhecimento e de comunicação [...], eles tornam possível o *consensus* acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social: A interação “lógica” é a condição da integração “moral”. (BOURDIEU, 1989, p.09)

Desse modo, para expressar essa ordem gnoseológica do poder simbólico, o território seria a manifestação de um poderio, que na visão de Freund (1977), se torna político quando “[...] a vontade se orienta significativamente em função de um agrupamento territorial, com vista a realizar um fim, que só tem sentido pela existência desse agrupamento [...]” ou seja, o território só se torna político quando há um consenso social, portanto,

os símbolos podem ser utilizados estrategicamente para dominar o território e ampliar sua territorialidade, tendo em vista esse poder estruturante composto pelos mecanismos estatais para a influência, do político sob os habitantes, mudando o sentido dos comportamentos sociais delimitados nesse território.

Tendo em vista a territorialidade aplicada por aqueles que estão no poder do Estado como forma estratégica de amplificar esse imaginário da população do território, Haesbaert (2004) afirma que:

[...] todo território é, ao mesmo tempo e obrigatoriamente, em diferentes combinações, funcional e simbólico, pois as relações de poder têm no espaço um componente indissociável tanto na realização de “funções” quanto na produção de “significados”. (HAESBAERT, 2007, p.23)

Nesse sentido, de acordo com o autor, para que os agentes dominadores (políticos) obtenham o poder de manutenção do território, é preciso que estes levem em conta a territorialidade sobre os elementos estratégicos de influência e poder, divididos entre o mais explícito e o implícito. O primeiro é estruturado através da composição do Estado e do capital econômico das empresas, e o segundo por aquele poder invisível que está composto através dos sistemas simbólicos de dominação (HAESBAERT, 2007, p. 20-21).

Contudo, nos cabe a seguinte questão: Quem são esses grupos políticos? E como eles chegaram a dominar esse território? Para isso, é necessário entender de forma sistêmica as conexões entre poder político e estruturas familiares.

SOBRE O PODER POLÍTICO E ESTRUTURAS FAMILIARES

É notório que para se ter o entendimento dessas relações de poder, é importante entender como se configura o surgimento desses grupos familiares e como eles chegam a participar da política de forma ativa. Para isso, cabe destacar a assertiva de Monteiro (2016) na qual ele aborda a questão familiar entre grupos políticos afirmando que “[...] pensar a família e os domínios sobre as instituições é marca decisiva em todo o Brasil e ainda mais nas antigas formações sociais do Nordeste do Brasil” (MONTEIRO, 2016, p.15) Ou seja, a relação espaço-tempo está intrinsecamente associada ao surgimento das elites políticas.

Nesse sentido, toda divisão territorial advinda do Estado brasileiro é gerada numa tradição histórica de grupos políticos, pela qual se inclui à formação de elites, oligarcas e/ou empresariais, movidas com base nos interesses econômicos, políticos e culturais através do simbolismo. Diante desse fato, a afirmação de Castro (1997) conclui que: “A história da conquista territorial no Brasil deixou marcas profundas no imaginário político nacional [...]” (CASTRO, 1997, p.02).

Entretanto, é preciso levar em conta que para manter suas relações de poder, esses grupos político-familiares detém um “poder invisível” que interfere diretamente nas mentes das pessoas, de modo a fazê-las concordar e participar direta e indiretamente para a ascensão desse grupo político familiar, ou seja, os grupos políticos familiares utilizam do poder simbólico através da dominância do aparelho estatal, para materializar o espaço urbano, intervindo de forma indireta no imaginário da população, sendo capaz de produzir efeitos reais baseados nos “instrumentos estruturantes de conhecimento”.

Como afirma Bourdieu (1989), para amplificar suas relações de dominação e influência(s) do poder no(s) território(s). Todavia, para entendermos esse campo de produção simbólica partindo na subjetividade,

ocasionando numa materialidade, deve-se levar em conta qual produção espacial urbana é referenciada, ou melhor, qual transformação espacial que pode ser referenciada sobre a materialização de espaços simbólicos inseridos no território. Temos como exemplos desse tipo de poder, utilizados pelos agentes dominadores, as formas simbólicas espaciais advinda dos monumentos, ou áreas como praças e parques, em que a territorialidade se mantém como em sua culminância, de modo a demonstrar como todas essas relações de poder podem ser conglomeradas em elementos materiais e imateriais.

SOBRE AS FORMAS SIMBÓLICAS NO ESPAÇO

É notório que para se observar a territorialidade de um grupo político, deve-se levar em conta a forma pela qual as relações de poder são praticadas e materializadas no seu território de domínio. Uma das maneiras é a simbolização de formas simbólicas, que na visão de Corrêa (2007) podem ser representadas na realidade, instituídas por um complexo processo de significados elaborados e comunicados entre pessoas de um determinado grupo cultural, cuja ideia é pragmática para identificar a relação do material e imaterial compostas de formas, significantes, e conceitos, significados, expressados no espaço (CORRÊA, 2007, p.07).

As formas simbólicas espaciais, ainda na afirmação de Corrêa (2007), também estão impostas para expressar a construção e manutenção das identidades culturais, possibilitando a criação de uma toponímia por meio de "geossímbolos", conceito definido por Jöel Bonnemaïson (1981) como sendo “[...] um lugar, um itinerário, uma extensão que, por razões políticas, religiosas ou culturais, aos olhos de certas pessoas e grupos étnicos assume uma dimensão simbólica que os fortalece em sua identidade.” (BONNEMAISON, 2002, p.109), ou ainda como “uma forma de linguagem, um instrumento de comunicação partilhado por todos e, em definitivo, o lugar onde se inscreve o conjunto da visão cultural” (BONNEMAISON 2002, p. 124). Neste sentido, as formas simbólicas espaciais através dos geossímbolos são configuradas para a manutenção das identidades coletivas, tornando aquela área delimitada um instrumento de bem-estar e de referência em aspectos de valor cultural, sendo, portanto, motivo de orgulho, de um grupo social inserido naquele meio territorial (CORRÊA, 2007 p.10).

A FORMAÇÃO TERRITORIAL DE CAMPINA GRANDE E SEUS EFEITOS SIMBÓLICOS DE PODER

Como já foi possível perceber, o recorte espacial de estudos dessa pesquisa compreende o município de Campina Grande, no interior da Paraíba (Figura 01). A cidade possui população de 385.213 habitantes, segundo o censo de 2010 do IBGE, estimando-se em 2019 uma população de 409.731 e uma área territorial de 591,698 Km², tendo como principais atividades econômicas no setor industrial e tecnológico, e também o de comércio, serviços e eventos (BRASIL, 2020).

O município, para os padrões do agreste nordestino, tem uma população expressiva, sendo o segundo do estado da Paraíba em volume populacional. Tal expansão demográfica se deve ao fato da posição geográfica estratégica, localizada entre o litoral e o sertão, tendo sua área integrante ao planalto da Borborema, a 511 metros do nível do mar. Suas paisagens são constituídas de vales e terrenos acidentados, rios, riachos e açudes perenes, além de uma temperatura média de 22.9 °C (dados do *Climate-data.org*).

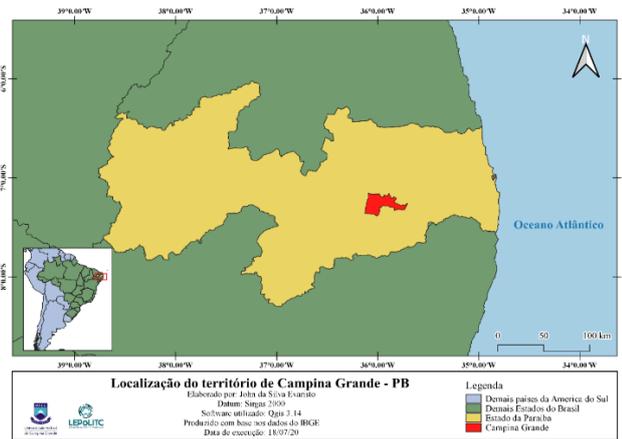


Figura 01. Localização da Área de Estudo: Território do Município de Campina Grande-PB.

Fonte: Elaboração Própria, 2020.

Todos esses elementos condicionados a uma bioclimatologia que favorece a biomas de área de transição de resquícios dos ‘brejos de altitude’ (ecossistema com elementos dos Biomas Caatinga e Mata Atlântica) com o início da Caatinga, predominante do Sertão do Estado (SOUZA, 2016, p. 240).

Desse modo, essas peculiaridades tiveram um papel fundamental em períodos históricos nos aspectos socioeconômicos e políticos, participando de modo decisivo em dois grandes ciclos durante sua formação territorial: O ciclo do algodão e o ciclo industrial, juntamente com o meio técnico, estes que na visão de Lincoln Diniz possibilitaram o crescimento populacional e sua expansão (DINIZ, 2011, p. 31-36). Esses ciclos tiveram interferência de grupos inseridos no capital político-econômico dentro de uma lógica multiescalar, ou seja, uma elite fomentada através dos seus interesses, interposta nos meios de produção e no Estado, que se inicia em nível municipal e vai até o nacional, transitadas em redes de influência, intervindo, portanto, no processo de desenvolvimento desse território (MONTEIRO, 2016, p.19).

Já na década de 1960, o poder público municipal durante as gestões de Severino Bezerra Cabral (1959-1963) e Newton Vieira Rique (1963-1964) manteve essa lógica industrial, perante a capacitação do meio-técnico que despontava na cidade, gerando empregos e uma infraestrutura mais consolidada, em contrapartida ao discurso desenvolvimentista de cunho nacional. Tiveram como elementos facilitadores a produção do poder simbólico na população local, o que possibilitou o surgimento de “novos” grupos políticos na cidade, interessados em adquirir o poder (MONTEIRO, 2016, p. 39).

Nesse mesmo período chega em Campina Grande o grupo político-familiar Cunha Lima. Sob o apoio de Newton Vieira Rique¹ utilizando exatamente essa mesma lógica do discurso desenvolvimentista, alguns componentes desse grupo tiveram projeções avassaladoras de modo que se perpetuam no poder até os dias atuais, expressando sua territorialidade sob a gerência desse território.

Grupo político-familiar Cunha Lima: Trajetória e permanência no poder

É preciso levar em conta que o grupo político-familiar Cunha Lima participa da política campinense desde muito tempo, e até os dias atuais deixa suas marcas na paisagem da cidade e no imaginário da população. Vale

¹ Essa afirmação é mencionada por Monteiro (2016, p. 182).

salientar que o surgimento da família nesse território não veio por acaso, retomando a análise de Monteiro (2016), a família obteve o poder político na cidade através da conjuntura genealógica imposta por aqueles que dominavam o poder naquela época, mas que foram expressados de forma mais representada como exemplo de dois membros, o Ronaldo José da Cunha Lima e o Ivandro Cunha Lima, irmão de Ronaldo, ambos são considerados como os “patriarcas” da ascensão desse grupo político em Campina Grande, principalmente durante as décadas de 1950 e 1960.

Ainda na afirmação de Monteiro (2016), o grupo Cunha Lima inicia seus vestígios familiares na cidade de Campina Grande-PB através dos filhos de dona Nenzinha: Ronaldo, Ivandro e Fernando. O primeiro tornou-se Vereador com o apoio do Ex-prefeito Newton Rique, posteriormente tornou-se Deputado estadual de 1963-1966 e prefeito da cidade em 1968, tendo seu mandato cassado pelo regime militar na mesma época, e voltando ao cargo de entre 1983-1986, e depois tomando projeções de maior escala quando se elegeu Governador da Paraíba em 1991, Senador em 1994 e Deputado Federal em 2002. O segundo é dono de um relevante cartório de imóveis na cidade e entrou na política como suplente de Rui Carneiro, que deixou o cargo de senador a Ivandro após a morte, ocupando a cadeira entre 1977 e 1983. E por fim, Fernando, que se tornou um dos homens mais ricos do Estado, segundo Araújo (2011). Em 1978, Fernando candidatou-se a Deputado Federal, porém não chegou até o final da campanha, pois foi assassinado no Rio de Janeiro (ARAÚJO, 2011; MONTEIRO, 2016, p.195).

Dentre os três irmãos, Ronaldo se tornou um expoente na política local por conta da sua estratégia discursiva que serviu para configurar sua territorialidade em Campina Grande. De modo que, mesmo tendo vínculos diretamente explícitos com sua família tradicional (que tinha viés oligárquico), sua relação com a poesia/discurso popular faz com que estabeleça um campo discursivo populista pautado na linguagem compreensiva e de identificação popular, tornando-se o “candidato do povo”. O fato de ter seu mandato cassado também o vinculou à luta pela democracia e a liberdades civis, fazendo com que seu espectro de eleitores avançasse para a classe média intelectualizada. Ademais, suas frases de efeito e poemas de cunho popular durante seus discursos chamavam atenção da população da época que o considerava como “o candidato moderno” ao mesmo tempo que era “o homem do povo”. A utilização de versos em seus comícios, com elementos simbólicos populares como a viola e a cachaça, chamou a atenção da população campinense, tomando ainda mais projeção em cada cargo que exercia (MONTEIRO, 2016, p. 57).

Retomando a estrutura e o desenvolvimento político familiar dos Cunha Lima, Monteiro (2016) explica que Ronaldo José da Cunha Lima casou-se com Glória Rodrigues, filha de José Rodrigues - proprietário de terras de Campina Grande. Da união nasceram os filhos: Ronaldo da Cunha Lima Filho (vice-prefeito da cidade entre 2013 a 2017); Cássio Rodrigues da Cunha Lima (Assessor especial do governo²; Deputado Federal entre 1986 1988, 1994-1996³; Prefeito da cidade através do apoio do pai entre 1988-1992⁴, 1996-2000, 2000-2002;

² Quando Ronaldo assumiu a prefeitura de Campina entre 1983-1986 “criou” o cargo de assessor especial do governo municipal para que seu filho, o jovem Cássio Cunha Lima, de apenas 17 anos pudesse se inserir na política da cidade (MONTEIRO, 2016).

³Em 1992 Cássio renuncia seu mandato para assumir a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) deixando o cargo para o vice-prefeito Francisco Lira, irmão de Raimundo Lira (Empresário e Senador da Paraíba entre 1987-1995 e 2014-2019).

⁴Em 2002 Cássio novamente renuncia seu mandato de prefeito para assumir o cargo de Governador da Paraíba em 2003 deixando o cargo para a vice Cozete Barbosa até janeiro de 2005.

Governador 2003-2007, 2007-2009⁵; Senador em 2010, assumindo em 2011 até 2017)⁶.

Cássio Rodrigues da Cunha Lima se casou com Sílvia de Almeida Oliveira, neta de Elpídio de Almeida, união da qual tiveram os filhos: Marcela Cunha Lima, Diogo Cunha Lima e Pedro Oliveira Cunha Lima (Deputado Federal de 2011-2014, 2015-2018, 2018 até os dias atuais).

Outro detalhe se refere aos outros membros da família Cunha Lima, como ao exemplo do sobrinho da Glória, Romero Rodrigues Veiga, que, sob influência familiar entrou na carreira política elegeu-se Vereador de Campina Grande sob o apoio do seu primo Cássio (Figura 02) de 1993-1996 e 1996-2000; Deputado Estadual em 2007, renunciando o cargo para se tornar Secretário de Interiorização do Estado, entre os anos de 2007-2008, e depois, secretário-chefe da Casa Civil do Governo da Paraíba entre os anos de 2008-2009, na gestão do então Governador Cássio Cunha Lima. Em 2012, Romero competiu para o cargo de Prefeito de Campina, se elegeu para um mandato de 2013-2017, reeleito em 2017-2020, deixando o cargo para seu sucessor, membro familiar neto de Ivandro Cunha Lima, Bruno Cunha Lima, eleito deputado estadual em 2014-2018 e deputado federal de 2018, que renunciou ao cargo para competir à prefeitura da cidade, tornando-se o prefeito atual (TSE, 2020; MONTEIRO, 2016, p. 233).

Ronaldo Cunha Lima, portanto, foi o pioneiro do grupo político familiar em Campina Grande. Seus discursos e o modo como ele materializou as formas simbólicas espaciais foram instrumentos necessários na estratégia para a construção de um poder simbólico que foi usado o imaginário da população para forjar um território em função da territorialidade dele decorrente, a família mantém seu poder.

Ademais, sua gestão foi pioneira no sentido de elaborar formas simbólicas espaciais que servem para materializar esse simbolismo presente nas mentes dos campinenses durante várias gerações, ou seja, “ele soube deixar sua marca” através dos seus feitos enquanto prefeito no imaginário popular, prática essa que vem sendo reproduzida pelas gerações seguintes entre membros desse grupo político familiar até os dias atuais.

O Parque do Povo: Um marco simbólico na trajetória do grupo político-familiar Cunha Lima

A gestão de Ronaldo Cunha Lima enquanto prefeito da Cidade de Campina Grande foi marcada por obras e eventos de grande repercussão, materializando as formas simbólicas espaciais de maneira a despertar a representatividade do povo campinense, como exemplo o parque do povo (Figura 2 e 3), espaço marcado para celebração da festa intitulada pelo próprio Ronaldo como “O maior São João do Mundo”

O Parque do povo (Figura 04) possui uma área de 42 mil e 500 metros quadrados, segundo dados da prefeitura, está situado no bairro do Centro, vizinho ao Açude Novo que é considerado o marco zero da cidade.

⁵Em 2009 Cássio teve seu mandato cassado pelo Tribunal Superior Eleitoral por suposto uso de um programa social em benefício de sua candidatura à reeleição durante o período eleitoral de 2006, condenado em 17 de fevereiro de 2009 (MONTEIRO, 2016, p.196).

⁶ Em 2010 ele se elegeu ao cargo de Senador da Paraíba, mas teve seu mandato negado pelo TSE, com base na lei “Ficha limpa” o qual foi impossibilitado de assumir o cargo, tendo seu impedimento revogado após a determinação no ministro do Supremo Tribunal Federal Joaquim Barbosa em 19 de outubro de 2011 (MONTEIRO, 2016, p. 186).

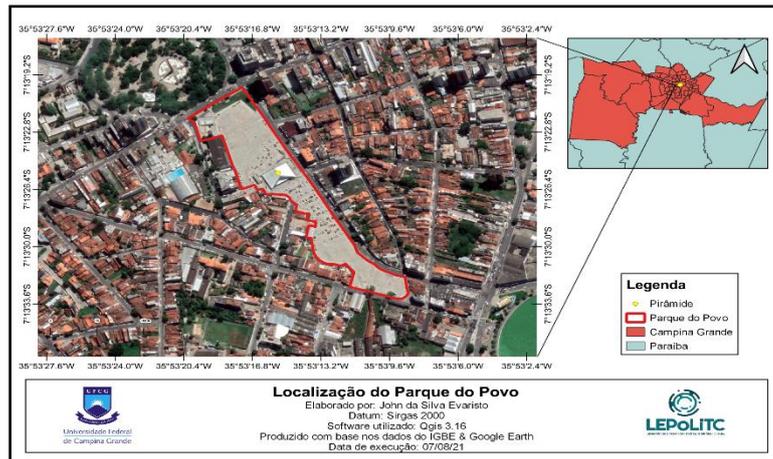


Figura 2. Mapa de localização do Parque do Povo em Campina Grande-PB

Fonte: Elaboração própria, 2021.



Figura 3. Foto panorâmica de toda área frontal do Parque do Povo, onde são celebrados os principais eventos da cidade. Fonte: Elaboração própria, 2021.

Marques (2018) mostra que, inicialmente, foi uma obra para concentrar os festejos juninos que já faziam parte da tradição cultural da cidade que durante décadas festejou nos bairros da cidade (MARQUES, 2018, p.118).

A inauguração ocorreu no dia 14 de maio de 1986, já com o nome de “Parque do Povo”. O extinto jornal *Diário da Borborema* relatou que o local estava superlotado (Figura 07), cerca de 10 mil pessoas esperam ansiosos para inauguração do evento:

Ronaldo Cunha Lima chegou ao Parque do Povo por volta das 21h, acompanhado do senador Humberto Lucena, do deputado estadual José Maranhão, João Agripino Neto e outras autoridades. A multidão já esperava o poeta para fazer a festa. Uma girândola anunciou o início dos festejos juninos (DIÁRIO DA BORBOREMA - Campina Grande, 03/06/1986).

O ápice da festa ocorreu no mesmo dia e segundo Lima (2008) o Parque do povo não serviu apenas para representar a identidade cultural da cidade com base nos festejos juninos, mas também foi palco do discurso do

prefeito Ronaldo que a autora denomina de “O grande espetáculo”. Desse modo, Ronaldo aproveitou o momento para anunciar que estava pretendendo renunciar ao cargo de prefeito para seguir carreira sendo candidato ao governo do Estado na eleição daquele mesmo ano, decisão tomada um dia antes da inauguração do parque do povo, após uma reunião com cúpula do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) (LIMA, 2008, p.147).

A matéria do *Jornal da Paraíba* reproduz seu discurso na íntegra:

Eu devo renunciar a meu mandato de Prefeito. Tenho até meia-noite para me decidir. Mas para atender a vontade do meu povo. Ficarei até o fim governando Campina Grande para bem servi-la. Aqui, no momento histórico da mais alta responsabilidade para minha vida política, para o destino de Campina Grande e da Paraíba, eu repito o que foi dito há muito tempo atrás, uma frase que ficou marcada na história do nosso país: se Campina Grande pede e se é pela vontade deste povo, eu digo a este povo que fico (Trecho de Ronaldo discursando, inserido na matéria). (Jornal da Paraíba - Campina Grande, 15/05/1986 *apud* LIMA, 2008, p.149).

É perceptível que o discurso de Ronaldo Cunha Lima representa muito sobre o poder simbólico aplicado no território, quando ele utiliza o mesmo trecho do discurso do imperador Pedro I no ‘*Dia do fico*’ evidenciando um heroísmo no qual o cliché histórico serviu teatralizar esse momento e dialogar intimamente com as camadas populares, que em última instância é quem elege qualquer candidata a cargos majoritários.

Dessa forma, Ronaldo alicerçou uma territorialidade materializada no Parque do Povo como a forma simbólica espacial fundamental para impulsionar cada vez mais o “seu legado” enquanto prefeito da cidade, cuja “teatralização” teve o apoio da mídia local. A pecha de “Herói de Campina” que se preocupa com seu povo, passou a ser difundida e reforçou o poder simbólico no imaginário da população campinense.

No ano de 1988, o “espetáculo” se repetiu no período eleitoral. Ronaldo aproveitou os festejos juninos para anunciar sua saída da prefeitura de Campina e o seu apoio a seu sucessor e filho Cássio Cunha Lima que até o momento era deputado Federal (LIMA, 2014, p.30). Em um registro feito pelo o *Jornal da Paraíba*, Ronaldo discursa no meio da multidão:

Essa festa eu criei como se cria um filho, pequeno crescendo e jogando-o ao mundo, e só um filho poderia prosseguir-la no Maior São João do Mundo. Por isso, entrego Cássio ao próprio destino de Campina Grande (JORNAL DA PARAÍBA, 12/07/1988, Campina Grande)

É perceptível que Ronaldo se apropriou da festa, tratando-a como sendo uma invenção dele. Apenas um filho poderia seguir “cuidando” do “seu” bem precioso. Esse discurso reflete claramente seus traços personalistas, os quais reproduzem os processos patrimoniais que assolam as instituições e/ou espaços públicos, ao que tudo indica, até os dias atuais.

Portanto, entende-se que o Parque do Povo além de atender os critérios simbólicos para celebração dos festejos juninos como sendo tradicionais e de extrema importância para cultura local da cidade, também foi atrelado à família Cunha Lima, o que proporcionou a ascensão de suas carreiras na política. Fato que expressa

elementos de poder simbólico necessários para induzir o imaginário da população na hora do voto. Em suma, essa ação configura uma prática política comum que não é exclusiva de Campina Grande, mas nesta cidade obteve-se bastante êxito em sua aplicação. Portanto, podemos afirmar que Parque do Povo é uma forma simbólica espacial que sedimentou Ronaldo Cunha Lima no imaginário coletiva da população, mas vinculou gerações de sua família e parentela à política como ramo de negócio familiar, tal como o proprietário de empresa calçadista lega ao seu filho seu negócio ou uma médica herda seus consultório e pacientes de seu pai.

É singular, no entanto, o modo como o grupo político-familiar Cunha Lima captura a diversão popular e o torna arma política, manipulando o território e, por consequência, a territorialidade. Cada um de seus membros, atuantes da prefeitura de Campina durante seus períodos de gestão, tiveram participação ativa na ampliação daqueles eventos que já existiam e articularam na criação de outros com enfoques culturais amplos (e até divergentes), mas sempre atendendo à lógica do êxtase, da alegria e da fé. Vejamos então exemplos desses eventos.

Micarande

Em 1988, o então Deputado Cássio Rodrigues Cunha Lima, com o apoio do seu pai (Ronaldo Cunha Lima - que até então era o prefeito) é eleito prefeito de Campina Grande. Sua gestão foi marcada pela continuação das ações do pai, contudo, houve uma ampliação da festa do São João. Todavia, nessa mesma época, outro segmento popular de música brasileira estava ganhando projeções ainda mais elevadas e caracterizava os festejos do carnaval baiano, o estilo musical se denominava *Axé Music* (LIMA, 2011, p.58).

Vendo o sucesso dos artistas baianos e os ganhos econômicos e políticos das prefeitura de Feira de Santana, pioneira no carnaval fora de época, o então prefeito Cássio Cunha Lima decidiu, em 1990, aderir ao modelo como parte do calendário turístico da cidade (e também para construir um legado assim como seu pai fez com a consolidação do Maior João do Mundo), o qual denominou de Micarande (“Micar” de *Micareta* – nome atribuído à festa em Feira de Santana, com “ande” de - Campina Grande) (LIMA, 2011, p.59; PEREIRA FILHO, 2006, p. 49).

A Micarande contava com um percurso que começava na avenida Severino Bezerra Cabral, no Bairro do Mirante, e passava pela Severino Cruz, às margens do Açude Velho, até chegar no seu ponto final, o ápice da festa, no Parque do Povo (Figuras 08 e 09).



Figura 09. Fotografia panorâmica do ápice do evento no Parque do Povo com o bloco Spazzio, puxada pela banda baiana Chiclete com Banana em 1998 Fonte: ARAÚJO, 2008 *apud* Diário da Borborema, 1998.

Diante do sucesso do evento em sua primeira edição, no ano de 1991, a Micarande passou a contar com “parcerias” do setor privado que investiram pesadamente em um modelo que dividia seus espaços segundo as classes sociais que participaram do evento, ou seja, a festa passou a privilegiar aqueles que possuíam mais poder de compra, Lima (2011, p. 61) afirma:

[...] a festa toma um rumo estritamente capitalista onde seu espaço torna-se mercadoria, com territorialidades definidas por divisão de classes sociais, através de cordões de isolamento, arquibancadas e camarotes. [...] Com uma forte marca de empreendedorismo e de espetacularização, com o uso intensivo do Marketing que “forjava identidades socialmente positivas, associadas aos blocos, que tinha como referências ídolos do axé music, como Chiclete com Banana, Ivete Sangalo, Asa de Águia e tantos outros [...] (LIMA, 2011, p.64)

Dessa maneira, a harmônica parceria entre o poder público e o setor privado converteu-se em ponto chave para que o evento consolidasse a gestão do prefeito Cássio Cunha Lima. Fica nítido que sua estratégia de manutenção do poder passa é a mesma do seu pai visando manipular a territorialidade popular e seu espaço simbólico (o Parque do Povo) ao ponto de se tornar um evento uma marca registrada no imaginário popular. Mesmo que a Micarande não tenha tido sua gênese cultural em Campina Grande, ainda assim, o uso do gênero musical que naquele momento assumia projeção nacional reforçou a carreira política local de Cássio, ainda que a estrutura da festa tivesse um modelo segregador.

A Micarande, portanto, foi o evento que marcou a trajetória nas gestões do Cássio Cunha Lima à frente da prefeitura de Campina Grande, que teve seu auge em toda década de 1990 e início dos anos 2000, durando 19 anos. Teve seu fim decretado no ano da 20ª edição em 2009, na gestão de Veneziano Vital do Rêgo, rival da família Cunha Lima.

Lima (2011, p.79) afirma que o fim da Micarande pode se relacionar ao contexto político que o Estado da Paraíba vivia no ano de 2008, pois o próprio Cássio Cunha Lima, governador na época, teve seu mandato cassado sendo deposto do cargo e substituído pelo segundo colocado das eleições de 2006, José Maranhão, que se tornara adversário político. Neste embalo, Veneziano que tornara-se o prefeito de Campina Grandenão teve o menor interesse em seguir com evento, considerado pela mídia como “a menina dos olhos de Cássio” (LIMA, 2011, p.79).

Outro contexto que complementa essa análise foi debatido por Pereira Filho (2006, p. 93-94) quando afirma que era algo comum em períodos eleitorais o grupo político-familiar Cunha Lima, em seus guias eleitorais, recorrer a idealização dos eventos produzidos na cidade: “[...] tentando induzir o eleitor a acreditar que as festas acabariam em caso de eleição dos seus opositores. A Micarande, como já foi dito, torna-se moeda político-eleitoral” (PEREIRA FILHO, 2006, p. 93-94). Desse modo, é evidente o “simbolismo político” em torno da figura de Cássio. Isso fez com que o fim do evento tenha sido uma tentativa de “apagar” nas mentes da população campinense seus feitos.

De acordo com Sampaio (2016, p.11) o surgimento do Encontro para Consciência Cristã, teve sua gênese bem antes da configuração atual, pois anteriormente fazia parte de Encontro da Nova Consciência que ainda hoje é voltado para todas as crenças e religiões.

Sobre esse evento, Ferreira (2018, p.70) relata que, em 1989, o então prefeito Cássio Cunha Lima teve a ideia de ampliar o calendário de eventos da cidade, como visto anteriormente com o surgimento da Micarande, visando criar um evento no período de carnaval que não rivalizasse com os carnavais tradicionais de Salvador e Recife/Olinda, privilegiando o público que não se interessa pela festa de Momo. Ademais, em 1992, a secretária de Turismo da Paraíba chamada *Íris M. Azevedo*, teve a missão de projetar um “período carnavalesco alternativo para a cidade”, desse projeto surgiu o Encontro da Nova Consciência, que em um primeiro momento não fora bem aceito pelo então prefeito, como afirma Sampaio (2016, p. 91) em entrevista com a própria Íris:

Eu sempre fui ligada em estudos sobre holística, ocultismo, escolas iniciáticas, xamanismo e etc. E pensei num evento que pudesse reunir durante 5 dias pessoas de todas as bandas, tendências, religiões, ciências e filosofia, sem esquecer as artes. Eu sempre quis juntar tudo isso para a gente repensar o mundo, trocar experiências e dar voz às minorias. Seria o carnaval da alma, a cidade um retiro espiritual, mas com festa e alegria. Fiz o projeto e no dia da apresentação foi um fiasco. O prefeito, Cássio C. L., esperava um projeto "para louvação de Jesus" e vetou. Não adiantava explicar que também tinha cristãos no projeto Nova Consciência. Ele queria o Parque do Povo com as "aleluias" todas. Mas eu já vinha conversando com os grupos ligados às religiões e já tinha bastante delas empolgadas com o evento. Foi uma batalha que ele, o prefeito, pagou pra ver. Tivemos sorte de lotar o teatro desde o 1º ano e ele teve que reconhecer o Encontro. (SAMPAIO em entrevista com Íris, 2016, p.91-92)

Em vista disso, fica evidente a preocupação de Cássio em expandir ainda mais os espetáculos com bases nos eventos da cidade como forma estratégica de influenciar vários segmentos culturais da população campinense para, assim, ampliar, ainda mais, poder político-familiar no território.

A primeira edição ocorreu no Teatro Severino Cabral durante o dia 29 de fevereiro a 3 de março de 1992, segundo Ferreira (2018, p. 70). Esse tipo de evento de forma oficial “foi o primeiro evento entre os de ordem religiosa com maior visibilidade e representatividade na época” e também pelo o fato dele ter sido organizado pela prefeitura e pela Secretaria de Turismo (PBTUR) do Estado da Paraíba.

Desse modo, a cidade de Campina Grande mais uma vez era contemplada com um evento de expressão local e de cunho religioso, destacando a cidade em pleno carnaval e chamando atenção de outros grupos sociais que passaram a se dirigir à cidade com a finalidade de retiro e reflexão.

Sobre o Encontro para Consciência cristã (ECC)

Ante a proposta e a celebração do ENC, a frente evangélica, apoiada por um grupo de pastores, não se sentia confortável em fazer parte desse conglomerado de ideias do Encontro da Nova Consciência. Gomes Silva (2010) afirma que levou a proposta para Cássio, alegando que esse tipo de evento, com um discurso amplo, iria trazer danos “espirituais” à cidade, colocando em pauta a Consciência Cristã como sendo uma alternativa mais viável, o prefeito, de início não gostou muito dessa ideia, como ele próprio afirma:

[...] foi quando lhe fiz ver que ele estava apoiando um outro evento, que só trazia prejuízos espirituais a Campina Grande e mostrei a realidade dos fatos. E Cássio Lima, com um semblante meio apavorado com o que ouvira, disse: Meu irmãozinho, eu sou o prefeito de todos os campinenses. Tenho que atender a todos. (SILVA, 2010, p.102)

Mesmo inicialmente sem o apoio do prefeito Cássio Cunha Lima, a frente evangélica seguiu com a ideia de romper com o Encontro da Nova Consciência e fazer um evento exclusivo e sectário. Assim, em 13 de fevereiro de 1999, mediante um acordo entre o poder público e os evangélicos, o Encontro para Consciência Cristã (ECC) realizou sua primeira edição. Ferreira (2018, p.101) afirma que o foco do evento era de cunho evangélico, abrangendo às denominações tradicionais-históricas, pentecostais e renovadas.

O evento teve um crescimento acelerado contando, na segunda edição, com a presença de cerca de 7 mil pessoas. Na terceira edição, chegou-se à marca de 10 mil pessoas, o que gerou a necessidade de ampliar as estruturas do evento e a mudança para outro local de realização. No ano de 2003, na sua quarta edição, durante a gestão de Cozete Barbosa, o evento passou a ser realizado no Parque do Povo, batendo mais um recorde de público, um total de 50 mil pessoas participaram do evento, sendo que só na palestra de abertura participaram cerca de 6 mil pessoas (FERREIRA, 2018, p.103), o que teria dado à cidade a pecha de “Capital da fé” no carnaval.

O evento é um conjunto de atividades que consistem em cultos, celebrações, palestras, workshops, venda de livros evangélicos, além de área para evangelização e espaço exclusivo para crianças. Este evento mostrou a dimensão da força e da influência evangélica, em especial as religiões pentecostais e neopentecostais no território, combinando capital econômico com fé e poder estatal, mantendo o poder simbólico ainda mais expressivo. Ressignificou-se, no ECC, o espaço festivo (e até profano) do Parque do Povo, ampliando assim o público religioso que não se sente representado pela festa do São João.

O Encontro da Consciência Cristã trocou o espetáculo do carnaval, com todo o investimento de capital público e privado, por uma reunião religiosa que também não era representada pela festa (religiosa) do São João⁷. Provando assim que o público evangélico pode ser tão lucrativo quanto outros públicos festeiros. A disputa política em torno da mentalidade festiva popular, como ocorreu durante o tempo em que houve a Micarande, parece ter sido substituída por um evento que deixa clara sua posição sectária e seus objetivos políticos. Agora a mentalidade moralista e conservadora parece estar em ascensão neste momento, e não por acaso, políticos têm se aliado e

⁷ Para os evangélicos, esta festa tem caráter profano, pois reverencia um santo em particular e estimula práticas consideradas profanas, como o consumo de álcool.

se vinculado aos evangélicos e suas pautas. Não seria diferente com o grupo político-familiar Cunha Lima, que não só ampliou a festa durante a gestão Romero Rodrigues, como na gestão seguinte, a do primo Bruno Cunha Lima, o próprio prefeito se declarou evangélico e frequentador do evento.

O poder religioso tomou proporções avassaladoras na cidade e deixa clara a ambição política dos evangélicos, uma vez que os criadores da ECC promoveram não só um afastamento do Encontro da Nova Consciência como visam reduzi-lo ao máximo. A manipulação do espetáculo em benefício do poder simbólico da fé tem obtido êxito, pois o empreendedorismo dos seus idealizadores fica evidente na manipulação do território como da territorialidade do seu grupo religioso e/ou político, que tem como palco principal de suas atividades o Parque do Povo, tornando-o o espaço simbólico necessário para intervenção do poder público de grupos políticos familiares desde seu surgimento no imaginário da população campinense.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir deste trabalho foi possível perceber que as relações de poder têm tanto na materialidade do território quanto como na manipulação do poder simbólico seu fundamento, uma vez que, no caso estudado, ficou nítida a manipulação da representatividade dos sujeitos que efetivamente produzem e se apropriam do território, mas não o controlam. Essa manipulação do imaginário popular se dá pela criação de formas simbólicas espaciais, que se tornam geossímbolos, buscando, com isso, a manutenção do poder familiar dentro da política para representar um poderio territorial que atravessa gerações.

Todavia, todos esses processos acima citados, serviram de base para expressar o discurso simbólico de grupos políticos que consideravam Campina Grande como a cidade do trabalho e do desenvolvimento, fazendo com que grupos político-familiares, como no caso dos Cunha Lima, tomassem esse discurso o ponto chave para manter sua territorialidade e alavancar ainda mais esse poder simbólico.

Dessa forma, Ronaldo Cunha Lima tornou-se um importante membro da família ao realizar esse tipo de estratégia, mesmo tendo suas raízes de famílias tradicionais na política paraibana, se mostrou como um “novo” modelo de fazer política. Esse ‘novo’ envolveu as mentes e o imaginário popular, exatamente no momento que o Brasil e o mundo participavam da construção da “sociedade do espetáculo” (DEBORD, 2005). Dessa forma, Ronaldo Cunha Lima se apropriou desse modelo apresentando-se como o candidato do povo, eloquente e com um discurso de viés populista, o que facilitou sua trajetória política para ascensão no poder em Campina Grande.

Deve-se levar em conta também, a preocupação por parte de seus familiares, enquanto prefeitos da cidade, em criar eventos de grande notoriedade regional em Campina Grande, especificamente no Parque do Povo, como o Maior São João do Mundo, criado na gestão de Ronaldo Cunha Lima. O primeiro exemplo vem da Micarande, evento que deixou marcas profundas no imaginário do povo campinense, embora culturalmente não tivesse raízes na própria cidade, e foi criado por Cássio Rodrigues Cunha Lima ao visar a manutenção dessa lógica da cultura como espetáculo,

Diante desse cenário, são notórias as disputas de poder frente aos evangélicos na cidade, como ao exemplo do Encontro para a Consciência Cristã, que teve sua *gênese* dentro do ENC, havendo a necessidade de desmembrar-se desse evento para ampliar seu poder como sendo uma alternativa desses grupos religiosos de

ampliar suas territorialidades na cidade. Suas premissas alavancaram a dimensão desse evento em proporções cada vez maiores, chamando a atenção da prefeitura, o tornando o principal evento da cidade depois do São João, passando a ser realizado no Parque do Povo.

Por fim, entende-se que o Parque do Povo serviu à construção de um sentido de representatividade no imaginário da população campinense enquanto símbolo territorial de identidade, tornando-se, portanto, um geossímbolo. A sua construção teve a intenção de beneficiar o grupo político-familiar Cunha Lima para manipular a identidade em diversos espetáculos e grupos sociais distintos, o que fez dele o marco (simbólico e geográfico) para que pudessem se manter no poder em Campina Grande durante gerações, ambicionando outras esferas do sistema federativo brasileiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Adriano. **Memória**: O Parque do Povo. Retalhos históricos de Campina Grande. Postagem de jun. 2011. Disponível em: <http://cgretalhos.blogspot.com/2017/06/memoria-o-parque-do-povo.html#.YQqcEY5KjIU>>. Acesso em: 06 ago. 2021.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BONNEMAISON, Jöel. **Viagem em Torno do Território**. In: CORRÊA, Roberto L.; ROSENDAHL, Zeni (Org.). Geografia Cultural: um século. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2002. P. 83-13.

BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE cidades**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/campina-grande/panorama>. Acesso em 18 jul. 2020.

CASTRO, Iná. Elias de. **Solidariedade territorial e representação**: novas questões para o pacto federativo nacional. Revista Território, v. 1, n. 2, p. 33-42, 1997.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Formas simbólicas e espaço**: algumas considerações, Roberto Lobato Corrêa. Revista GEOgraphia UFF, v. 9, n. 17, Rio de Janeiro, 2007.

COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia política**: Discursos sobre o Território e o Poder/ Wanderley Messias da Costa. - 2º ed. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

DEBORD, Guy. **A Sociedade do Espetáculo**. Lisboa: Edições Antipáticas, 2005.

DINIZ, Lincoln da silva. **As bodegas da cidade de Campina Grande**: dinâmicas sócio-espaciais do pequeno comércio/ Lincoln da Silva Diniz: campina grande, EDUFCEG, 2011. 120p.

FERREIRA, Débora Vanessa Régis. **Campina Grande (PB), a “capital da fé”**: entre territórios e (re)construções identitárias. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 165p, 2018.

FREUND, Julien. **A sociologia de Max Weber**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1977.

HAESBAERT, Rogério. **Território e multiterritorialidade**: um debate. Geographia, Niterói, UFF, Ano 9, n. 17, 19-46, 2007.

HAESBAERT, Rogério. **Territórios em trânsito**. In: BORDAS, M. A. (Org.). Geografias em movimento. São Paulo: Edições Sesc, n. 9, 2013. p. 65-81.

- LIMA, Elizabeth Cristina de Andrade. **A fábrica dos Sonhos**: a invenção da festa junina no espaço urbano. 2 ed. Campina Grande: EDUFPG, 2008.
- LIMA, Francisco Denilson Santos de. **A Micarande e suas territorialidades**: de fábrica de sonhos a barbárie moderna/Francisco Denilson Santos de Lima. Recife: Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco.CFCH. Programa de Pós-graduação em Geografia, 2011.
- MARQUES, Jordânia Alyne Santos. **As paisagens sonoras da Festa Junina de Campina Grande (PB)**: O caso do Parque do Povo. Geograficidade, v. 8, n. 3, p. 112-125, 2018.
- MONTEIRO, José Marciano. **A política como negócio de família**: para uma sociologia política das elites e do poder público - familiar - São Paulo: Liberarts, 2016.
- PEREIRA FILHO, Sebastião Faustino. **Micarande**: festa do povo? Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional; Cultura e Representações) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2006. 115p.
- RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática. 1993.
- SACK, Robert David. **Territorialidades Humanas e Redes Sociais**. Leila Christina Dias Maristela Ferrari (organizadoras), Florianópolis: Insular, 2. ed. rev., 2013.
- SAMPAIO, Dilaine Soares; LULA, Genaro Camboim LA. **“É fácil ser plural”?** Uma análise dos últimos encontros da Nova Consciência de Campina Grande-PB. REVER-Revista de Estudos da Religião, v. 16, n. 3, p. 81-107, 2016.
- SILVA, Gomes. **Consciência Cristã**: Como tudo começou? 2010. Disponível em: <http://prgomessilva.blogspot.com/2010/02/consciencia-crista-como-tudocomecou.html>. Acesso em: 13 ago. 2021.
- SOUZA, Bartolomeu Israel; SOUZA, Ramon Santos. **Processo de ocupação dos Cariris Velhos–PB e efeitos na cobertura vegetal**: contribuição à Biogeografia Cultural do semiárido. Caderno de Geografia, v. 26, n. 2, p. 229-258, 2016.
- TSE (BRASIL). Instituição. **Tribunal Superior eleitoral**: Eleição Municipal Ordinária. In: Eleição Municipal Ordinária. [S. l.], 15 nov. 2020. Disponível em: <https://resultados.tse.jus.br/oficial/#!/eleicao;e=e426;uf=pb;mu=19810/resultados>. Acesso em: 28 jul. 2021.